

RUMO À SUSTENTABILIDADE

SUMÁRIO

Certificar é preciso	21	8. Certificação do setor sucroalcooleiro	28
1. Sistema de Verificação da Atividade Agropecuária	22	9. Certificação de pecuária bovina	28
2. Certificação agropecuária	22	10. Certificação de biocombustíveis	30
3. Mercado consumidor e certificação	23	11. Certificação de café	31
4. Cumprir o Código Florestal	24	12. Certificação da Suinocultura	32
5. Alimentos orgânicos	25	13. Experiência internacional	33
6. Comércio justo e solidário	25	14. Passivos sociais e ambientais	34
7. Certificação de Agricultores Familiares	26	15. Agropecuária e mudanças climáticas	34
		16. O Poder Público e a certificação	35
		17. Certificação: uma agenda positiva	36

Certificar é preciso

Mario Menezes

A agropecuária brasileira tem se mostrado à altura dos desafios que o mundo enfrenta para alimentar sua população. A demanda maior está na necessidade de superação dos problemas da qualidade socioambiental dos sistemas produtivos.

Com a corrida aos biocombustíveis, como parte do equacionamento dos problemas de aquecimento, essa disparidade passa a ter reflexos econômicos de grande repercussão para o Brasil no cenário internacional.

Temos urgência em melhorar o perfil socioambiental da nossa agropecuária, para torná-lo condizente com as demandas de inserção social e de cuidados com o patrimônio natural que viabiliza a atividade.

A certificação ou outras formas de verificação socioambiental é um passo a ser dado em direção às mudanças, tendo como base nosso contexto e nossas experiências, antes que nos sejam impostos, de fora, modelos estranhos à nossa realidade.

As tendências do mundo mercantil e as expectativas da sociedade apontam para a necessidade de enfrentarmos o desafio. A Iniciativa Brasileira para a Criação de um Sistema de Verificação da Atividade Agropecuária, envolvendo os diferentes segmentos dos setores econômico e social e a área ambiental, está construindo um caminho para viabilizar esse processo de mudanças. Este encarte de *Agroanalysis* visa a informar e facilitar a construção participativa dessas mudanças em direção à sustentabilidade da agropecuária brasileira.

Secretário executivo da Iniciativa Brasileira para a Criação de um Sistema de Verificação da Atividade Agropecuária (www.iniciativabrasileira.com.br)

1. Sistema de Verificação da Atividade Agropecuária

Mario Menezes

Diante da crescente demanda por alimentos, *commodities* e matérias-primas para produção de biocombustíveis, o setor agropecuário brasileiro vem ganhando importância cada vez mais estratégica no âmbito mundial.

Preocupados em fazer dessa inédita importância a oportunidade de tornar o Brasil um país também líder em sustentabilidade socioambiental, produtividade e valor agregado na atividade rural, um grupo de organizações socioambientalistas – logo acompanhadas por entidades do setor privado –, decidiu lançar um movimento voltado para o desenvolvimento sustentável da agropecuária nacional.

Trata-se da Iniciativa Brasileira para Criação de um Sistema de Verificação da Atividade Agropecuária, cujos objetivos são a conservação do capital natural, a agregação de valor aos produtos agrícolas, o respeito às relações trabalhistas, aos direitos humanos e dos povos, bem como a melhoria das condições socioambientais do setor.

A iniciativa visa a estimular mudanças na atividade agropecuária, reduzindo seus impactos negativos e criando as condições para um sistema transparente de verificação das atividades produtivas e de beneficiamento, na quais se inclui a certificação independente.

Sua meta é a criação de um sistema único que estabeleça padrões e procedimentos comuns, cuja finalidade não é criar novos selos de certificação, mas a valorização de todo e qualquer selo já existente, ou que venha a ser criado, que atenda a certos critérios mínimos de credibilidade.

Hoje globalmente se discute padrões específicos para culturas ou determinados usos dos produtos agrícolas. É o caso da mesa redonda sobre biocombustível sustentável (RSB), que entrou em sua fase decisiva de discussão pública dos princípios e critérios propostos por seu Conselho Diretor. Os padrões sobre óleo de palma estão mais avançados, enquanto o de soja está em fase inicial. Quaisquer iniciativas desse tipo precisarão de um sistema geral que possua legitimidade para sua verificação e certificação.

O projeto é de cunho voluntário e participativo, envolvendo as áreas econômica (produção, agroindústria, comércio e finanças), social e ambiental, e visa à construção de um sistema de verificação/certificação baseado nas experiências e demandas brasileiras.

Pretende-se antecipar, com esse esforço, às investidas dos países importadores na definição de critérios e exigências de sustentabilidade para nossos sistemas produtivos (mormente agora, com a corrida aos biocombustíveis), evitando a internalização de modelos estranhos à nossa realidade, e invertendo a tendência tradicional de o País ser atropelado e submetido a regras que nem sempre atendem aos seus interesses.

Os interlocutores desse processo sabem dos conflitos e das visões divergentes que caracterizam o debate, mas estamos prestes a

criar o primeiro sistema de certificação agropecuário do mundo. O Grupo de Trabalho Tripartite da Iniciativa, fórum de discussão constituído por representantes legítimos dos setores econômico e social e da área ambiental, está envolvido na construção de um elenco de princípios e critérios de verificação, a ser validado em consultas públicas proximamente, para daí ganhar reconhecimento internacional. A construção de uma agenda mínima sobre o tema, a partir dos diferentes pontos de vista defendidos, se impõe como um desafio incontornável para a superação dos problemas que às gerações de hoje cabe equacionar.

Diretor-adjunto de Amigos da Terra-Amazônia Brasileira

2. Certificação agropecuária

Luís Fernando Guedes Pinto

A produção de *commodities* agrícolas é frequentemente relacionada à degradação dos recursos naturais e desrespeito aos direitos humanos. Por outro lado, há iniciativas de produção agrícola com alto desempenho sociambiental, em que os recursos naturais são conservados, e até recuperados, e as questões trabalhistas e sociais são consideradas. Com isso, contribui-se para uma melhoria da qualidade de vida de trabalhadores e comunidades associadas, sendo necessário haver mecanismos que

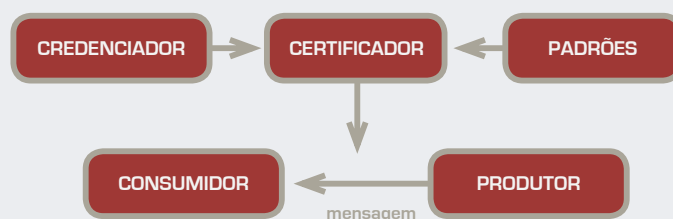
Conceitos

Padronização de classificações e atributos dos alimentos: são básicos e devem ser aceitos por ambos os lados da transação. Esse conhecimento leva à ampliação de mercado e transparência de seu funcionamento.

Monitoramento: leva à certificação e garante aos consumidores as informações de atributos que o produto possui.

Selo de certificação: fornece ao consumidor uma garantia a respeito de atributos do produto consumido.

Componentes de um sistema de certificação



Sistemas Existentes

- **Certificação orgânica:** avalia questões socioambientais, com ênfase na produção livre de agrotóxicos e insumos químicos, garantindo alimentos e matérias-primas saudáveis e um ambiente livre de contaminação por agrotóxicos e outras substâncias sintéticas.
- **Comércio justo:** a FLO (Fair Trade Labelling Organization) possui maior abrangência internacional. Beneficia pequenos produtores e lhes garantem relações comerciais diferenciadas e de longo prazo com os compradores. No Brasil está em desenvolvimento a proposta de Comércio Ético, Justo e Solidário, liderado pelo Instituto Faces.
- **Rede de Agricultura Sustentável (RAS):** criado por ONGs da América Latina para promover mudanças socioambientais na produção agrícola regional. Usa o selo Rainforest Alliance Certified. Hoje atuação também em regiões tropicais da África e da Ásia. Avalia questões como a conservação da biodiversidade e relações trabalhistas na unidade de produção. Tem grande importância na certificação de *commodities*, como banana, cacau e café.
- **GLOBALGAP:** criado por redes de distribuição da Europa, com o fim de garantir a segurança sanitária dos produtos vegetais e animais que comercializam. Também considera questões trabalhistas e ambientais, mas de maneira superficial.
- **Sistemas de certificação ou verificação participativa:** sistema interno organizado por pequenos produtores para garantir a aplicação de normas desenvolvidas de maneira participativa. Diferencia determinadas características de produtos e processos produtivos. O de maior relevância no Brasil é o da Rede EcoVida, de produção orgânica.

estimulem a produção responsável e, entre estes, destacaremos a certificação socioambiental.

A certificação é um instrumento que garante determinadas características de produtos ou processos produtivos. Logo, pode ser compreendida como uma mera ferramenta de mercado. Porém, acreditamos que ela possa contribuir para as mudanças socioambientais, transformando-se também num mecanismo de governança. Nesse caso, consumidores optam por produtos oriundos de processos comprometidos com o desenvolvimento sustentável, influenciando sua forma de produção. Além dos consumidores no ato da compra, a sociedade civil pode passar a ter maneiras de influenciar e monitorar processos produtivos e empreendimentos que interferem na sua qualidade de vida.

Para conciliar o mercado e a governança, um sistema de certificação deve ter algumas características:

- a. Caráter voluntário;
- b. Independência;
- c. Transparência;
- d. Normas compatíveis com a ciência e tecnologia;
- e. Processos de melhoria contínua;
- f. Rastreabilidade;

- g. Benefícios econômicos para estimular o engajamento de empreendimentos certificados e compensar os investimentos para a conquista e manutenção da certificação.

Os benefícios ocorrem pela manutenção ou abertura de mercados, sobre-preço, créditos diferenciados, remuneração por serviços ambientais, políticas públicas especiais, ou simplesmente pela melhoria da imagem institucional.

Os custos diretos da certificação são os relativos aos serviços dos processos de avaliação e auditoria, com a contratação de certificadores credenciados pelos sistemas de certificação. Há também custos indiretos com a adequação dos empreendimentos ao padrão exigido pelo sistema de certificação.

Diversas iniciativas internacionais desenvolvem normas para a produção agropecuária no mundo, mas ainda não está claro de que forma, isto é, em que sistemas serão aplicados para garantir sua eficácia e credibilidade, proporcionando benefícios econômicos e mudanças rumo ao desenvolvimento sustentável.

Secretário-executivo. Imaflora – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola. Engenheiro agrônomo e doutor pela Esalq/USP.

3. Mercado consumidor e certificação

Samuel Ribeiro Giordano

Cada vez mais os consumidores demandam produtos produzidos a partir de boas práticas socioambientais. Em muitos países do mundo, e também no Brasil, movimentos de defesa dos consumidores exigem uma garantia mínima de condutas socioambientais responsáveis nos sistemas de produção.

Por sua vez, muitos segmentos do agronegócio, como os distribuidores e varejistas, implantam certificados que garantem a origem de produtos com base nas Boas Práticas Agropecuárias.

Os exemplos de demandas socioambientais responsáveis estendem-se por todos os segmentos industriais. Muitos fornecedores de máquinas e peças europeus passaram a exigir o balanço social das firmas brasileiras exportadoras, como condição para fornecimento de determinado bem ou máquina. As empresas compradoras de pasta de celulose. Na madeira, chegaremos ao ponto em que, sem certificação, não haverá comercialização.

O novo consumidor

Neste período técnico, científico e informacional, aumentou a velocidade de realização de feitos, trocas e transações. O tempo acelerou-se e a informação transita na velocidade da luz. Dentro do processo de globalização, compradores e vendedores não po-

dem mais verificar os alimentos que transacionam e necessitam de expedientes eficientes para essas operações.

Como a procedência de um produto originado a partir da reciclagem, por exemplo, não pode ser observado a olho nu, é necessário o desenvolvimento de uma outra forma de transmitir essa informação com credibilidade para o consumidor. Isso pode se dar por meio de selo emitido por um órgão certificador, credenciado por uma terceira instituição.

Muitas vezes, os selos se tornam empecilho para uma compra, caso o consumidor não identifique os atributos e as características que eles representam. A multiplicidade de selos deixa evidente o quanto se desconhece a respeito deles. O que se dirá de um produto exibindo meia dúzia de selos nas gôndolas dos supermercados?

Assim, a enorme diversidade de selos e certificações nem sempre representa um fator positivo para o consumidor. Esse ponto evoluiu nos últimos anos, com a regulamentação dos rótulos, com a obrigação da indústria a colocar neles, pelo menos, a composição química dos produtos.

Nesse sentido, os sistemas de classificação que levam à padronização são imprescindíveis para a transparência do produto e o funcionamento e a ampliação do mercado.

Professor e pesquisador do Pensa – Centro de Conhecimento em Agronegócios
Consultor técnico do Ares – Instituto para o Agronegócio Responsável
Fellow do programa Lead International – Leadership for Environment and Development. E-mail: srgiorda@pensa.org.br

4. Cumprir o Código Florestal

Carlos A. Klink
Ana Cristina Barros

A busca por qualidade na produção, certificada por critérios econômicos, sociais e ambientais, depara com a implementação da legislação ambiental no campo. O Brasil, além de possuir uma legislação conciliadora, particularmente o Código Florestal, conta com capacidade técnica de excelência em diversos setores ligados à causa ambiental. Além disso, coleciona experiências de sucesso na construção de paisagens produtivas sustentáveis no campo.

A *The Nature Conservancy* do Brasil (TNC) desenvolve projetos de campo para a regularização ambiental da propriedade rural nos principais biomas terrestres brasileiros: a floresta amazônica, o cerrado e a Mata Atlântica.

Em colaboração com produtores rurais e suas representações, empresas do agronegócio, ONGs e órgãos ambientais do governo, busca-se a melhor forma para o cumprimento do Código Florestal, por meio do:

- Cadastro ambiental: consiste no levantamento georeferenciado dos limites das propriedades rurais, adequação da base cartográfica para tal, e identificação do proprietário,
- Diagnóstico da condição ambiental ante a legislação: avaliação da reserva legal e das áreas de preservação permanente (APP). Seus custos por fazenda variam de R\$ 839,00 a R\$ 289,00, e podem ser realizados com rapidez.

No projeto de Lucas do Rio Verde, por exemplo, todo o município foi envolvido e 100% do levantamento de campo realizado em menos de um mês, a um custo de R\$ 0,97 por hectare, ou R\$ 515,00 por fazenda. Novas tecnologias, em teste pela TNC, indicam a possibilidade de redução do custo a um patamar de R\$ 0,30 por hectare.

São três os fatores fundamentais para a implementação da legislação ambiental:

1º A mobilização da vontade política dos estados, dos comitês de produtores da produção e dos produtores para a implementação do Código Florestal;

2º A percepção e aceitação da realidade de que a gestão do espaço rural no País depende da colaboração ativa do setor privado – empresa, produtores, e ONGs – junto com os esforços de governo;

3º O compromisso de cumprimento gradativo das exigências do Código Florestal, a exemplo do compromisso assumido recentemente (abril de 2007) entre o governo de Mato Grosso e os setores da cana e da soja no estado para cadastramento e recuperação de APPs.

Com base em acordos formais, os passos para a implementação da legislação são o cadastramento das propriedades, principal insumo para o diagnóstico das APPs e reserva legal, seguido da recuperação das APPs, e o detalhamento das opções de regularização da reserva legal, via compensação pública ou privada, recuperação ou até mesmo variações dos percentuais em função dos zoneamentos estaduais.

O futuro do agronegócio no Brasil é tão promissor quanto a capacidade de diálogo, cooperação e conciliação de interesses que os representantes dos setores agrícola e ambiental têm demonstrado. Experiências de campo, em escala espacial cada vez maior e com cada vez mais ampla divulgação, são também etapas para essa construção.

Custos em reais do cadastramento e diagnóstico ambiental

PROJETO	Por fazenda	Por hectare
Guarapuava (PR)	R\$ 592,00	R\$ 3,95
Santarém e região (PA)	R\$ 839,00	R\$ 2,49
Lucas do Rio Verde (MT)	R\$ 515,00	R\$ 0,97
Bacia do Rio S. Lourenço (MT)	R\$ 289,00	R\$ 0,51

Fonte: TNC. Abril de 2007.

The Nature Conservancy. cklink@tnc.org.br, acbarros@tnc.org.br

5. Alimentos orgânicos

Alexandre H. Harkaly
José P. Santiago

O produto orgânico é cultivado de acordo com normas que exigem a conservação do solo, a biodiversidade da fazenda, e proibem o uso de agrotóxicos, adubos químicos e produtos transgênicos. Carne orgânica provém de animais alimentados com pastos e grãos orgânicos, com acesso ao pasto e não recebem remédios alopáticos, como antibióticos e outros. Se o produto for processado, os ingredientes têm de ser, no mínimo, 95% orgânicos.

O consumo de produtos orgânicos cresce ano a ano no Brasil, com a maior percepção do consumidor sobre a sua melhor qualidade em relação ao convencional em termos dos benefícios para a sua saúde e para o ambiente.

O Brasil exporta produtos orgânicos, principalmente soja, café e açúcar, para a Europa, Japão e Estados Unidos. No mundo, o mercado de orgânicos atinge anualmente cerca de US\$ 40 bilhões.

O *fair trade* (comércio justo) também apresenta forte crescimento no mundo. O consumidor consciente, além de produtos livres de resíduos químicos, quer produtos da agricultura familiar, sem o emprego de trabalho infantil, que sejam social e ambientalmente corretos.

Ambiente e saúde

O produto orgânico não tem efeito perverso sobre a vida do solo e do ambiente geral. Ajuda na construção da biodiversidade e não contamina a água dos rios e dos lençóis freáticos. A longo prazo, provoca o aumento das pragas e proliferação dos seus inimigos naturais.

Até na questão do aquecimento da Terra os orgânicos apresentam vantagens, pois:

- Proíbe queimadas, grandes emissoras de gás carbônico;
- Exige a manutenção ou a recuperação de matas ciliares e reservas arbóreas nas unidades de produção;
- Recomenda o plantio de árvores nos cafezais e em outros cultivos;
- Determina o estabelecimento de barreiras vegetais formadas por árvores;
- Recomenda o sombreamento dos pastos com árvore.

A própria agrofloresta é uma prática incentivada na agricultura orgânica. No processo da fotossíntese, as árvores capturam o gás carbônico e liberam oxigênio. Isso contribui para o retorno do carbono à biomassa.

A agricultura orgânica incentiva a tecnologia branda, menos dependente do petróleo, cuja queima é uma das principais formas de emissão de carbono para a atmosfera. Para tanto, utiliza mais a mão de obra, emprega formas naturais de adubação e incentiva o uso de formas alternativas de energia, como a solar e a eólica.

Cosmético orgânico em alta

Seguindo o mesmo padrão mundialmente adotado para os alimentos orgânicos processados, um grupo de certificadoras de vários países, incluindo o IBD Certificações no Brasil, só certificam produtos com 95% ou mais de ingredientes orgânicos, para proteger o consumidor e dar a ele a garantia de que o produto é verdadeiramente orgânico.

A União Européia, os Estados Unidos, o Japão, a Argentina, a Costa Rica e muitos outros países têm as suas normas oficiais de produção orgânica. As normas dos diversos países não são iguais. Isso dificulta o comércio mundial de orgânicos e o trabalho das certificadoras, para atender aos diversos mercados com legislações próprias.

A norma brasileira, recém-regulamentada, reduz os prazos internacionalmente aceitos de conversão para cultivos ou criações convencionais passarem a ser orgânicos. Isso poderá criar dificuldades para as certificadoras, que terão de manter a divisão entre produtos para o mercado interno e produtos para exportação.

Diretores do IBD Certificações.

E-mails: alexandre.h@ibd.com.br, jp.santiago@terra.com.br

6. Comércio justo e solidário

Fabiola Zerbin

A sociedade civil brasileira começou a sua mobilização para a promoção do comércio justo e solidário no País em 2001, a partir da percepção de que o conceito e a prática do comércio justo internacional representavam respostas concretas a uma das principais demandas dos pequenos produtores rurais e urbanos brasileiros:

Assim, foi arquitetado um plano entre um grupo de organizações envolvidas nos movimentos da Economia Solidária, Agricultura Familiar e Agroecologia, entre outros, e, representativo de distintos segmentos – entidades de assessoria, sindicatos rurais, órgãos públicos. As reuniões foram em torno de uma plataforma de debate e articulação, o Faces do Brasil, com o intuito de somar esforços em prol da missão comum de fomentar e consolidar o então chamado comércio ético e solidário em nosso país.

Desde o princípio, o chamado comércio justo e solidário se desenvolveu, no Brasil, de forma articulada com os movimentos sociais que buscavam, e ainda buscam repostas, à problemática da desigualdade social e da precariedade nas relações de trabalho.

Dessa integração, materializada por meio de seis consultas públicas, do envolvimento de mais de 120 atores nacionais e da realização de projetos-piloto de verificação prática dos concei-

tos então criados, surgiu a Carta de Princípios e Critérios de Comércio Justo e Solidário do Brasil.

Esse documento parte da referência internacional do comércio justo Norte x Sul, para atender às demandas e peculiaridades próprias da realidade brasileira, por meio do envolvimento daqueles que vivem e fazem essa realidade na sua construção.

Todos os critérios estão reunidos no chamado Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário – SBCJS. A sua regulamentação pública foi construída desde abril de 2006, pelo Grupo de Trabalho Interministerial composto por entidades da sociedade civil¹ e governamentais², que culminou, em 2007, na promulgação de uma Instrução Normativa pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Além de princípios e critérios, o SBCJS também deve regulamentar os mecanismos de reconhecimento de garantia, o sistema de controle social e as políticas de fomento público a essa nova prática.

Para o SBCJS sobreviver no campo econômico, serão necessárias estratégias diferenciadas e integradas para cada um dos distintos elos da cadeia produtiva.

Primeiro: garantir a ampla difusão do conteúdo e dos benefícios do SBCJS aos diversos EES – Empreendimentos Econômicos Solidários brasileiros, rurais ou urbanos, passíveis de usufruir as oportunidades que o ele representa, mediante processos informativos sobre o cadastramento e adesão ao SBCJS, e/ou, de projetos educacionais ou de apoio direto.

Segundo: fomentar a criação e a efetiva operacionalização, de forma integrada ao SBCJS, de distintos sistemas de reconhecimento de conformidade aos padrões de CJS, em especial das modalidades alternativas e inclusivas, como os sistemas participativos de garantia, ou a auto-declaração em vendas locais.

Terceiro: promover uma ampla articulação com os atores comerciais de todas as categorias, de lojas especializadas a grandes superfícies de comercialização e distribuição, de difusão e promoção do SBCJS.

A cadeia comercial justa e solidária



Quarto: trabalhar na formação de uma consciência sobre o consumo responsável por meio de processos formativos e educacionais, para que os consumidores possam utilizar suas escolhas de compra a favor do fortalecimento de toda a proposta.

Enfim, há muito ainda por fazer. O Face, e os demais atores do SBCJS, podem comemorar suas conquistas políticas, mas devem continuar o trabalho, para, em um futuro próximo, comemorar também a conquista de uma melhor condição de vida, para inúmeros produtores e consumidores que acreditam em uma sociedade mais justa, equilibrada, solidária e emancipada.

Advogada, doutoranda em Ciência Ambiental pelo Procam-USP e atual Secretária-executiva do Faces do Brasil.

1 Faces do Brasil – Plataforma de Articulação do Comércio Justo e Solidário, FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária, e, OPFCJS – Organização dos Produtores Familiares do Comércio Justo e Solidário;

2 Senaes – Secretaria Nacional de Economia Solidária (MTE – Ministério do Trabalho e Emprego), SAF – Secretaria de Agricultura Familiar e SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial (MDS – Ministério do Desenvolvimento Agrário).

7. Certificação de Agricultores Familiares

Laércio Meirelles

Há mais de vinte anos começaram no Brasil as experiências relacionadas ao desenvolvimento da agricultura ecológica para os agricultores familiares. Em um primeiro momento os trabalhos buscavam muito mais o redesenho das propriedades rurais em bases mais sustentáveis, focando os esforços “para dentro da porteira”.

Uma evolução natural foi a busca da inserção dos agricultores em mercados que tendessem a valorizar essa produção. O hoje denominado “mercado de produtos ecológicos” cresceu de forma significativa, no Brasil e no mundo, durante esse período de tempo. Estimativas do Ministério da Agricultura apontam para 800.000 hectares cultivados com agricultura orgânica, cerca de 75% dos quais de agricultura familiar.

Mais recentemente, há um crescimento importante, principalmente nos países do Norte, do chamado “comércio justo”. Pela sua natureza, a agricultura familiar tende a se adequar com relativa facilidade aos critérios de ingresso nesse mercado.

Um dos requisitos é por parte do consumidor de que o produto que ele está adquirindo possui de fato as características desejadas. O reconhecimento se dá por processos denominados de avaliação de conformidade.

No mundo do comércio de produtos ecológicos ou do comércio justo, o método de avaliação de conformidade mais conhecido e reconhecido é a certificação.

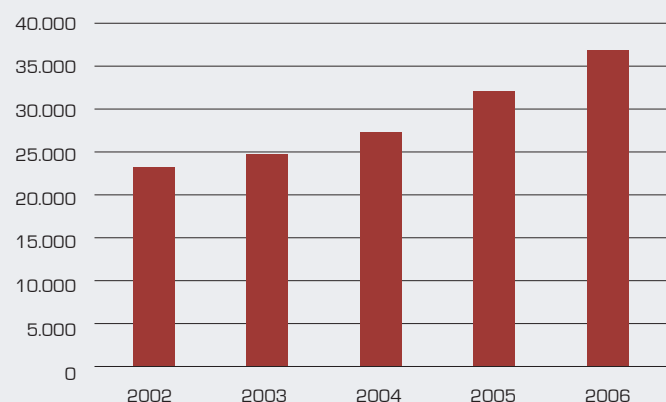
No caso da agricultura ecológica, desde 1991 a União Européia tem uma legislação que regula o tema. Um dos pontos importantes da lei é a obrigatoriedade da certificação para todos os produtores que desejarem ingressar no mercado. O exemplo foi seguido por quase todos os outros países que regularam a matéria.

A consagração da certificação como o único método válido para avaliar a conformidade do produto orgânico tem muitas vezes impedido que agricultores familiares, indígenas, assentados de reforma agrária, extrativistas e pescadores artesanais acessem esse mercado diferenciado.

Os altos preços cobrados pelas empresas certificadoras muitas vezes são incompatíveis com a realidade do segmento. Somam-se a isso as normativas cada vez mais restritivas e descontextualizadas, por importadas, e uma metodologia inadequada a certas realidades sócio-culturais.

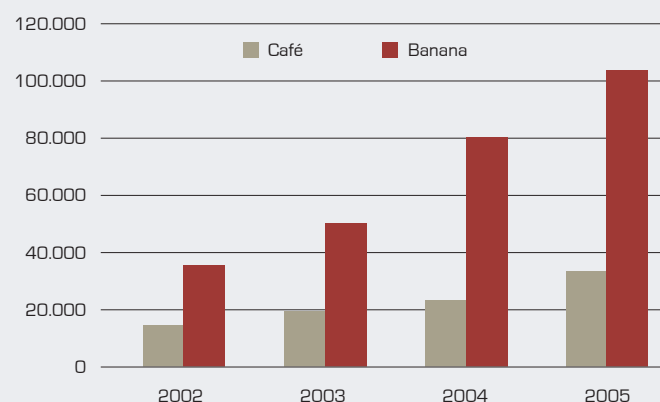
Felizmente, existem alternativas sendo geradas. Há mais de 15 anos que a agricultura familiar no Sul do Brasil discute alternativas ao modelo de certificação de produtos orgânicos preco-

Área mundial com agricultura orgânica (mil ha)



Fonte: ITC

Café e banana comercializados no comércio justo internacional (t)



Fonte: ITC

nizado pelos países do Norte. Durante esse período constituiu-se a Rede EcoVida de Agroecologia, instância de articulação que visa a promoção da Agroecologia, que, entre outras atividades, estimula entre seus membros o processo por ela denominada de Certificação Participativa em Rede.

A Rede EcoVida denomina Certificação Participativa ao processo de geração de credibilidade que pressupõe a participação solidária de todos os segmentos interessados em assegurar a qualidade do produto final e do processo de produção. O atributo “em rede” expressa o reconhecimento mútuo da credibilidade gerada em distintos espaços. A Certificação Participativa em Rede é resultante de uma dinâmica social surgida a partir da integração dos envolvidos com a produção, consumo e divulgação dos produtos a serem certificados.

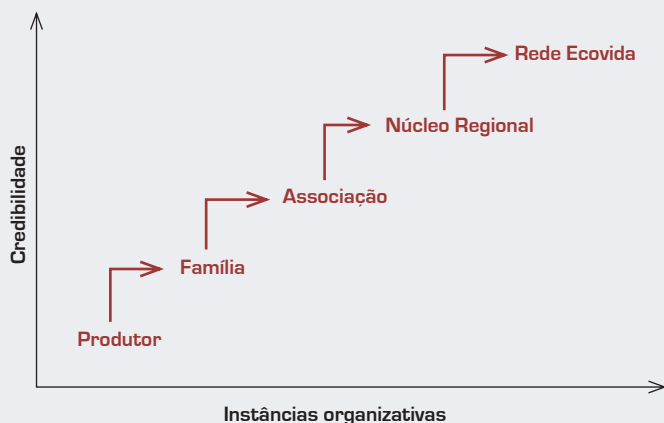
No caso da Rede EcoVida, a Certificação Participativa se dá em torno do produto orgânico e **a credibilidade é gerada a partir da seriedade conferida à palavra da família agricultora e se legitima socialmente, de forma acumulativa, nas distintas instâncias organizativas que essa família integra.**

Esse tipo de alternativa se dissemina pelo País e em outros locais do mundo. Em vários países já existem processos em curso, semelhantes ao da Rede EcoVida. A Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre agricultura orgânica, e suas regulamentações, contemplam alternativas dessa natureza como métodos válidos de geração de credibilidade.

O exemplo deve ser observado com atenção por outros setores, visto que a exigência de certificação é cada vez mais presente no comércio contemporâneo, e é uma referência interessante de como é possível criar mecanismos de avaliação da conformidade mais adaptados às realidades econômico-sócio-culturais do País, sem descuidar das exigências do mercado consumidor.

Agrônomo, especialista em Agroecologia e DRS. Coordenador do Centro Ecológico Ipê (www.centroecologico.org.br). Membro do Grupo de Trabalho internacional de Ifoam / Maela em Sistemas Participativos de Garantia. Consultor da FAO em SPGs.

Geração de credibilidade do produto ecológico na Rede Ecovida de Agroecologia



8. Certificação do setor sucroalcooleiro

Lucia Ortiz*
Délcio Rodrigues**

O interesse mundial pelo etanol da cana-de-açúcar do Brasil como substituto verde da gasolina é freqüentemente manchado por notícias de desrespeito à legislação nacional, seja na área trabalhista, ambiental ou dos direitos humanos. A pressão internacional contribui para o banimento dos casos de mortes por excesso de trabalho, trabalho escravo e desrespeito ao Código Florestal.

Os acordos sobre critérios para o comércio do agrocombustível conduzem ao fim de práticas, como o uso do fogo antes da colheita, o descarte ou uso descontrolado do vinhoto, a informalidade nas relações e a insalubridade das condições de trabalho e a conversão direta de ecossistemas naturais em novas áreas de cultivo agrícola.

Necessária também é a criação de ferramentas de controle e monitoramento da conversão indireta de áreas naturais, pelo conseqüente deslocamento de outras atividades agropecuárias, relacionado ao atual expansão dos canaviais.

O controle social é a única garantia possível de conformidade com critérios mínimos acordados em transações comerciais ou em selos de certificação. No Brasil, ainda no início, a discussão deve envolver:

- Os trabalhadores da cana, com o conhecimento de causa e a capacidade de fiscalizar as áreas de produção;
- Setores organizados da sociedade civil, com capilaridade suficiente para monitorar as realidades regionais diversas.

O processo deve deixar claro as suas finalidades e limitações, definindo a certificação como **estratégia de mitigação**, e descartando seu uso com a conotação de “atestado de sustentabilidade”. A certificação da produção, por definição, não interfere na

demanda, está hoje em acelerada expansão e com características intrínsecas de insustentabilidade.

A estratégia de certificação será sempre complementar. Para evitar ou limitar as práticas monocultuais excessivas, é necessário desenvolver políticas públicas de mitigação dos impactos da expansão em escala da produção de agrocombustíveis. São os casos do zoneamento econômico-ecológico das atividades agropecuárias e das novas diretrizes para o licenciamento ambiental do setor, tanto na sua fase industrial, quanto na da produção agrícola.

O licenciamento pode ser condicionado, por exemplo, ao uso das melhores tecnologias de fertirrigação, ao emprego de tecnologias de co-geração de energia e à comprovação da averbação de reserva legal. Dada a flexibilidade do mercado nacional de terras, forte atenção deve ser dada ao planejamento territorial para garantir a articulação entre as políticas setoriais, como a de abastecimento, reforma agrária, agricultura familiar e combate ao desmatamento.

Portanto, o estabelecimento de critérios mínimos de responsabilidade para as transações comerciais do etanol tem potencial para elevar os padrões do setor às melhores práticas já empregadas, sobretudo visando ao mercado mundial. Entretanto, a responsabilidade voluntária deve ser acompanhada de políticas públicas para direcionar e regular a expansão da produção, também a fim de mitigar seus impactos e conflitos territoriais, além de reforçar e fiscalizar a aplicação das leis nacionais.

Ainda assim, as estratégias, de mercado e políticas de mitigação não são capazes de “sustentabilizar” a acelerada expansão das monoculturas de cana e o comércio mundial de agrocombustíveis, seja pelos limites físicos para a substituição do petróleo, seja pelos limites ambientais do crescimento de um modelo de transporte individual, ineficiente e insustentável, que precisa ser combatido e não valorizado nas nossas sociedades.

* Geóloga, mestre em Geociências, Coordenadora da ONG Núcleo Amigos da Terra/ Brasil

** Físico, coordenador da Iniciativa Cidades Solares, pesquisador associado ao Instituto Vitae Civilis, diretor de projetos do Instituto Ekos Brasil

9. Certificação de pecuária bovina

Alcides de Moura Torres Júnior
Fabiano Ribeiro Tito Rosa
Maria Gabriela Tonini

Além de ser o maior exportador e o segundo maior produtor de carne bovina, o Brasil possui o maior rebanho bovino do planeta. Grande parte do sucesso alcançado pela carne bovina brasileira no exterior se deve aos preços competitivos e à quali-

dade e à sanidade da carne. Trabalhar com custos relativamente baixos é possível quando boa parte da alimentação dos animais é baseada em pastejo (boi de fotossíntese). Essa dieta minimiza também os riscos de ocorrência de doenças, como o mal da vaca louca, por exemplo, que é transmitido por meio de proteína existente em resíduos de alimentos de origem animal.

Esse sistema nacional de produção é característico, pois nenhum outro país tem tanta disponibilidade de áreas agricultáveis e clima favorável para o desenvolvimento de plantas forrageiras.

Com o objetivo de atender às exigências internacionais, monitorar e rastrear o rebanho nacional, o Brasil criou, no início de 2002, o Sisbov (Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos) que, nos últimos cinco anos, passou por alterações e correções, para aprimoramento e adequação às exigências dos compradores.

Apesar das críticas dos pecuaristas sobre os custos da certificação, e a preferência pela identificação por lote ou propriedade, a rastreabilidade Sisbov exige a identificação de cada indivíduo do rebanho.

O Sisbov criou o Estabelecimento Rural Aprovado (ERA) para identificação dos animais e dos insumos utilizados no manejo. A entrada e saída de animais dos estabelecimentos registrados deverão ser comunicadas às certificadoras, que farão a comunicação à Base Nacional de Dados.

Em meados de 2007, a Base Nacional de Dados do Sisbov registrava 99,8 mil animais certificados em 189 propriedades. O volume baixo sinalizava lentidão no processo. O total de propriedades à espera da certificação totalizava pouco mais de 2,2 mil fazendas, que devem somar ao sistema 1,5 milhão de cabeças de gado.

Os animais cadastrados no sistema antigo deveriam ser abatidos até o final do ano passado, sob o risco de perderem a rastreabilidade. O rigor deveria aumentar a partir de 2009, quando os animais, para ingressarem em um ERA, deveriam ser provenientes de outro ERA, mas faltam ajustes no sistema, como, por exemplo, o tratamento dos animais destinados a feiras agropecuárias e leilões.

Criado a partir de uma exigência do mercado consumidor, em 1996 o Sisbov passou a ser chamado de Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos. Atualmente, apenas o Chile e a União Européia exigem a rastreabilidade. O embargo europeu no início deste ano mostra a necessidade do Brasil se adiantar às novas tendências e consolidar o sistema definitivamente.

Boa parte dos frigoríficos exportadores não compra animais sem estarem rastreados. Essa atitude não é observada apenas em São Paulo (região de pecuária mais tecnificada), mas também nas regiões de fronteira, como Rondônia, por exemplo.

No começo de 2008, a UE paralisou as compras de carne bovina *in natura* brasileira por ter encontrado discrepâncias entre o que deveria ser feito e o que realmente acontecia nas fazendas. A princípio, o número de propriedades que poderiam exportar ao bloco seria limitado a 300 (3% das 10 mil propriedades cadastradas na Base Nacional de Dados do Sisbov até então). Mas, depois de muita discussão, somente 95 fazendas acabaram

tendo a exportação para o bloco liberada, deixando, na prática, as exportações brasileiras paralisadas para esse mercado.

Padrões Internacionais

As normas internacionais padronizam os processos para obtenção dos produtos. A série ISO 9.000 abrange a gestão da qualidade, a série ISO 14.000 se relaciona com a gestão ambiental e, agora, já se fala na ISO 26.000, que trata do tema da responsabilidade social.

O EurepGap (Euro Retailer Produce Working Group) descreve requisitos essenciais de acordo com as Boas Práticas Agrícolas, ou Good Agricultural Practices – GAP, e é um sistema de gestão da qualidade, com a finalidade de melhorar os padrões dos produtos da indústria alimentícia para atender ao varejo alemão.

A auditoria para a certificação pelo EurepGap avalia alguns elementos, como rastreabilidade, aspectos ambientais, histórico e gerenciamento da propriedade, manejo, reutilização e reciclagem de descartes, segurança e bem-estar dos trabalhadores, dentre outras.

O cumprimento dessas normas permite contra-argumentar que o gado brasileiro destrói a floresta amazônica, pois um dos objetivos do EurepGap é assegurar a qualidade e a inocuidade dos alimentos na produção primária, com foco na produção sustentável.

Enquanto a Austrália, mesmo com as reclamações dos pecuaristas por aumentar os custos de produção, possui um sistema de rastreabilidade em pleno funcionamento, nos Estados Unidos isso não ocorre, nem há sinais de implementação.

Embora os frigoríficos ainda não tenham um programa eficiente de pagamento diferenciado pela arroba do boi gordo certificado, o pecuarista que adota o sistema nota claramente os efeitos benéficos em sua propriedade, seja na administração dos recursos humanos, informações sobre os animais do rebanho, controle de custos, entre outros fatores.

A tendência é o aumento do número de propriedades e produtos certificados que estejam rigorosamente dentro de normas pré-estabelecidas pelos compradores. Mas é preciso que essas normas respeitem as características brasileiras, caso contrário ficarão restritas às boas intenções.

Consultores da Scot Consultoria

Brasil: bovinos abatidos em 2006 e representatividade dos animais rastreados

Bovinos abatidos

44,77

milhões de cabeças

Participação dos rastreados

75,9%

Fonte: IBGE/Scot Consultoria

10. Certificação de biocombustíveis

Peter H. May

O Diretivo Europeu de Biocombustíveis (2003/30/EC), aprovado em 2003, determina a transição para energia renovável pelos 25 países do bloco, com a meta de substituir 5,75% dos combustíveis líquidos até 2010. Essa proporção foi ampliada para 10% até 2020. É um reconhecimento de que a disponibilidade de matérias-primas de origem regional é limitada, e, assim, enfatiza a importância de apoiar a produção agroenergética dos países em desenvolvimento.

Espera-se, assim, que a produção de biocombustíveis possa reforçar políticas que favoreçam uma paisagem agrícola mais sustentável. A influente European Environmental Bureau indica como melhor caminho a certificação ambiental internacional.

Com a revelação dos impactos da produção de biocombustíveis sobre a disponibilidade de alimentos e as preocupações com respeito à eficiência energética e aos impactos indiretos das principais matérias primas, tais prazos tendem a ser adiados.

No entanto, dúvidas surgem sobre a ampliação das matérias-primas agroenergéticas no Brasil causar pressões indiretas sobre o avanço da fronteira agropecuária. A adesão do setor sucroalcooleiro à Iniciativa Brasileira de Verificação Agropecuária indica a disposição para proporcionar respostas adequadas, mas não atende aos impactos indiretos, mais sensíveis, pela qual há a necessidade de respostas nas políticas públicas.

Em geral, a biomassa e os óleos vegetais produzidos nos trópicos apresentam maior produtividade por unidade de área em relação às mesmas matérias-primas plantadas na zona tempera-

da. Além disso, o etanol da cana-de-açúcar é bem mais eficiente, do ponto de vista energético, do que, por exemplo, o do milho ou o da beterraba.

O acesso aos mercados internacionais implica observar padrões mínimos de qualidade do produto. Previstas na regulamentação da Agência Nacional de Petróleo (ANP) sobre biodiesel, as normas de qualidade especificam que “para a comercialização, seja exigido o Certificado de Qualidade de acordo com a especificação brasileira para biodiesel em laboratório próprio ou terceirizado”. Faltam, ainda, normas para comercialização dos produtos no exterior.

Comparados ao petróleo, os biocombustíveis também apresentam vantagens relativas ao desenvolvimento regional e emprego. Do ponto de vista econômico, produzido localmente, podem baratear os custos de distribuição. Também empregam mais trabalhadores, em geral os menos qualificados, na sua produção. Embora não provoque emissão de óxidos de enxofre, a tecnologia de queima da cana, antes da colheita, gera grande volume de poluição particulada, com prejuízo para a saúde de milhares de pessoas.

Apesar das vantagens, as empresas que produzem biocombustíveis, em geral, não possuem certificação sobre a qualidade do seu processo produtivo. Segundo o Inmetro, poucas empresas de açúcar e álcool no País têm se adequadado ao padrão ISO 14.000, que indica progresso na gestão ambiental.

Com respeito à tecnologia e às relações sociais de produção de biocombustíveis, o Selo Combustível Social, lançado em 2004 pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, estabelece critérios específicos para a distribuição de incentivos regionais, visando à aquisição de matérias-primas de agricultores familiares em regiões mais pobres. Empresas produtoras devem celebrar contrato de fornecimento com agricultores familiares, especificando prazo de vigência, valor e reajuste de preço de compra, condições de entrega, salvaguardas e aval de representante dos fornecedores, além de assegurar assistência e capacitação técnica aos produtores.

Embora tais critérios possam assegurar maior distribuição regional e entre grupos sociais dos benefícios da expansão da produção do biocombustíveis, tais normas precisam ser efetivas. A adoção de princípios e critérios para certificação socioambiental de forma independente e verificável pelos agentes da cadeia pode ser exigida como elemento de uma estratégia de inserção no mercado internacional.

Há questionamentos quanto aos potenciais impactos da expansão em grande escala do cultivo de cana-de-açúcar e de oleaginosas. Assim, considera-se que a certificação socioambiental de biocombustíveis seja um meio viável de satisfazer as preocupações dos consumidores. Deve-se levar em conta, contudo, que a ênfase deve recair sobre a certificação da cadeia produtiva das matérias-primas agroenergéticas, uma vez que essas são frequentemente utilizadas também na produção de alimentos, não sendo possível identificar, por exemplo, a fração da cana que será transformada em etanol ou da soja que vai gerar biodiesel.

Balanco energético e produtividade das principais fontes de bioenergia

Matéria-prima agrícola	Balanco Energético Fóssil	Produtividade
Óleo de dendê (biodiesel)	± 9	3 – 6 t óleo/ha
Óleo de cozinha reaproveitado (biodiesel)	5 – 6	–
Soja (biodiesel)	± 3	0,2 – 0,4 t óleo/ha
Mamona (biodiesel)	n.d.	0,5 – 0,9 t óleo/ha
Girassol (biodiesel)	n.d.	0,5 – 1,9 t óleo/ha
Colza (biodiesel)	± 2,5	0,5 – 0,9 t óleo/ha
Petróleo (diesel)	0,8 - 0,9	–
Cana-de-açúcar (etanol)	± 8	6.000 litros/ha
Trigo, beterraba (etanol)	± 2	5.000 litros/ha
Milho (etanol)	± 1,5	3.000 litros/ha
Petróleo (gasolina)	0,8	–

Relação entre a energia gerada pelo biocombustível e a energia fóssil necessária para sua produção. Fonte: Worldwatch Institute, 2006; Faesp, 2003.

De outro lado, a priorização dos combustíveis líquidos, agora renováveis, decorre da opção pelo transporte rodoviário, no qual predomina a mobilidade independente e individual, que continuará produzindo efeitos adversos sobre a paisagem e os recursos naturais cortados pelas vias de transporte. Em última instância, não só a fonte de energia, mas esse próprio modelo deve ser repensado.

CPDA-UFRJ/Amigos da Terra-Amazônia Brasileira

11. Certificação de café

Cássio Franco Moreira

O mercado cada vez mais demanda produtos agrícolas certificados. Os países do Primeiro Mundo, principalmente, exigem informações nos produtos sobre o processo produtivo e a origem, visando tanto à sustentabilidade sócio-ambiental como à qualidade intrínseca do produto. Na cafeicultura, isso se repete, provavelmente sendo o segmento agrícola nacional mais evoluído quanto à certificação.

A cadeia produtiva do café, segunda *commodity* mundial, somente atrás do petróleo, movimenta US\$ 70 bilhões por ano. O consumo de cafés especiais certificados aumenta a taxas de 12% ao ano, enquanto o consumo de cafés *commodity* cresce a taxas de 1,5% ao ano.

O Brasil, apesar de ser o maior produtor e exportador mundial de café, sempre se posicionou no mercado de forma competitiva, mais por volume e preço que por qualidade. Entretanto, nos últimos dez anos o setor tem atuado fortemente, divulgando e comprovando a qualidade do café nacional. Isso elevou o preço do produto e aumentou a exportação e o consumo interno. A certificação contribui nesse sentido.

Diferentes certificações de café estão presentes na cafeicultura brasileira: Orgânica, Fair Trade (FT), Utz Kapeh (UK), Rain Forest Alliance (RA) e BSCA – Associação Brasileira de Cafés Especiais. Cada uma cobre diferentes aspectos, e os respectivos produtos finais possuem características distintas. Importante é expor essas características aos produtores e consumidores para que ambos estejam bem informados para tomar sua decisão de forma clara.

O acompanhamento das certificadoras é feito por auditoria por meio de uma empresa ou associação acreditada por normas nacionais ou internacionais. Todo o processo produtivo da unidade é acompanhado por intermédio de visitas periódicas de surpresa (no caso de orgânico). São monitorados os insumos, as técnicas de produção, a produtividade, as vendas, os estoques e a rastreabilidade, além de aspectos sociais e am-

bientais. Embora importados, há uma preocupação de adaptação dos padrões de certificação à realidade brasileira por parte das certificadoras nacionais.

A certificação orgânica foi a primeira a ocorrer na cafeicultura brasileira, em 1990. Há exigência de abolição de agrotóxicos e adubos químicos solúveis. A finalidade é obter um produto final limpo, em conformidade com um processo de produção não-agressivo a trabalhadores e ao meio ambiente. Também cobra aspectos sociais e ambientais de seus projetos.

A certificadora orgânica IBD (Instituto Biodinâmico), em 2004, passou a oferecer a certificação Eco Social a seus clientes. A certificação FT é destinada a pequenos produtores de café, organizados em associações ou cooperativas, com a prioridade de garantir preço mínimo que cubra o custo de produção e propicie melhorias na qualidade de vida do produtor. Agroquímicos muito tóxicos não são permitidos, e a produção orgânica do café é estimulada.

A certificação UK busca, principalmente, responder a duas perguntas: (a) de onde veio o café? e (b) como foi produzido? Portanto, enfatiza a rastreabilidade do produto e o monitoramento dos insumos utilizados, por meio de registros detalhados de transporte, manuseio e aplicação de defensivos agrícolas. A certificação RA visa a critérios sócio-ambientais rígidos com ênfase na preservação e recuperação das áreas de vegetação nativas.

O destino dos cafés certificados é principalmente o mercado internacional. Apenas o café orgânico apresenta volume considerável no mercado interno. Números mostram grande crescimento na comercialização de cafés certificados, sendo que os Estados Unidos importaram 320.000 sacas de café orgânico em 2005, quantidade 23% superior a de 2004.

Os preços dos cafés certificados são superiores ao da *commodity*. Os prêmios para os cafés certificados, em US\$ por libra peso, podem ser verificados na tabela a seguir. A variação dos prêmios dentro de cada certificação é devida à qualidade do produto, país e região de origem, oferta e demanda, bem como país de destino. Em períodos de baixas cotações da *commodity*, os cafés orgânicos e FT chegam a ser vendidos com ágios de até 250%, podendo-se afirmar que são economicamente vantajosos, principalmente nos períodos de crise do setor produtivo.

A certificação de café no Brasil tem contribuído muito para a organização interna das propriedades, bem como apresentado consideráveis melhorias socioambientais na sua produção. Capacitação e melhoria da qualidade de vida dos funcionários, melhoria do sistema gerencial, redução na utilização de agroquímicos, aumento da biodiversidade e da eficiência do uso da água, além de agregação de valor ao produto são os resultados mais significativos. A certificação na cafeicultura nacional continuará em crescimento, e seus benefícios, aos poucos, estão chegando à sociedade.

Engenheiro agrônomo, MSC em Ecologia de Agroecossistemas
Diretor-presidente da Associação de Cafeicultura Orgânica do Brasil (Acob)
Produtor de café orgânico – Fazenda Jacarandá
E-mail: organicassio@uol.com.br

Brasil: projetos certificados no Brasil e prêmios recebidos pelos produtores

Certificação	ha	Sacas de 60kg (2006)	Projetos	Produção média/propriedade em sacas de 60kg	Prêmio em US\$/lb
Orgânico	6.000	60.000	100	600	0,3-1,0
Fair Trade (incluído FT Orgânico)	2.000	20.000	10 projetos = 400 propriedades	50	0,3-1,0
Rain Forest Alliance	9.703	300.000	12	25.000	0,1-0,4
Utz Kapeh	37.813	800.000	91	8.790	0,05-0,2

Fonte: ACOB, FCO, Imafiora, VTZ Kapeh

12. Certificação da Suinocultura

Daniela Bacchi Bartholomeu*
Silvia Helena Galvão de Miranda**

A atividade da suinocultura no Brasil apresentou forte crescimento nos últimos anos. Entre 2000 e 2007, a produção e a exportação aumentaram 16,3% e 269,6%, respectivamente (Cepa, 2005). A Rússia é o principal destino da carne suína brasileira, consumindo quase 65% do volume exportado em 2005.

A Região Sul responde por quase 60% da produção e 85% das exportações (Abipecs, 2007). Na região, predominam pequenas propriedades integradas às agroindústrias. Assim, as empresas de abate e processamento determinam os diversos critérios a serem obedecidos pela granja quanto ao sistema produtivo e à garantia de qualidade.

Por isso, na agroindústria, não se fala em “selo” ou “certificação”. Cada uma apresenta seu sistema de gerenciamento da qualidade do produto e do processo, de acordo com sua diretriz específica, conforme as exigências do mercado a que pretende atender. O papel do setor varejista é determinante para a difusão dos processos de certificação nessa cadeia.

A certificação favorecerá a abertura de mercados externos e a desmitificação do produto para o consumidor nacional. Estudo no mercado de carne suína de Belo Horizonte apontou que o consumidor ainda associa a carne suína a excesso de gordura e a transmissão de doenças. Ademais, como a população em geral desconhece a função da rastreabilidade e da certificação, ações de *marketing* são necessárias para eliminar o preconceito e viabilizar a certificação.

As grandes agroindústrias têm investido em processos de certificação diversos, relacionados ao meio ambiente, qualidade e responsabilidade social, tais como ISO 14001, ISO 9001, OHSAS 18001. Mais recentemente, foi criada a ISO 22000, sobre segurança do alimento, que tem na rastreabilidade do produto, desde a origem até o consumidor final, um de seus elementos principais.

Selo Suíno Paulista

No segmento produtivo, existe uma iniciativa referente à Norma de Padrões Mínimos de Qualidade para Carne Suína como base

para Certificação de Produtos pelo Sistema de Qualidade de Produtos Agropecuários do Estado de São Paulo. Em 2004, a Associação Paulista de Criadores de Suínos (APCS), juntamente com a Câmara Setorial da Carne Suína, da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, elaborou o Selo Suíno Paulista. É um certificado de origem que garante condições de qualidade para suínos nascidos, criados e terminados no estado, destinados ao abate.

O selo contempla aspectos da atividade produtiva, dentre eles cuidados com o processo produtivo, assim como aspectos éticos (preservação ambiental, segurança do trabalho e mão-de-obra infantil) envolvidos nas diferentes etapas, desde o nascimento até o transporte do animal para o abate. Embora não seja um selo estritamente ambiental, a norma considera importantes os aspectos relativos ao manejo de dejetos, ao tratamento de efluentes e à manutenção das áreas de preservação permanente. Os processos de auditoria e certificação são feitos pela Fundação Vanzolini.

O programa foi implantado em duas granjas. Na de implantação mais antiga (Granja Água Branca, 2004), os executores consideram que a principal vantagem do selo foi interna à propriedade, ou seja, resultou num gerenciamento mais empresarial e numa melhoria evidente no processo produtivo e na produtividade. Além disso, há outros benefícios, como a garantia do produto, através da rastreabilidade do animal até o frigorífico; a incorporação de princípios de responsabilidade sócio-ambiental, segurança do trabalho e respeito ao bem-estar animal. Finalmente, também proporcionou um diferencial de mercado, facilitando a obtenção de selo como o Garantia de Origem, do Carrefour, e bonificação de parte da produção.

Espera-se que o processo de certificação atinja 30% do plantel do estado (em torno de 33 mil matrizes), o que facilitaria o *marketing* com o consumidor final, destacando a garantia e a rastreabilidade do produto.

Brasil: produção e exportação de carne suína (mil t)

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Produção	2.556	2.730	2.872	2.696	2.620	2.708	2.885*	2.973
Exportação	135	260	476	491	508	625	525	499
Exp/prod.	5,3%	9,5%	16,6%	18,2%	19,4%	23,1%	18,3%	16,8%

Fonte: produção ABCS (2007) e exportação Secex

A cadeia da carne suína ainda carece de diretrizes e padrões produtivos básicos, os quais vêm sendo desenvolvidos pela ABCS na ABNT. Dessa forma, certificações do processo produtivo ainda não são comuns no sistema agroindustrial, mas tendem a se tornar uma realidade a partir da experiência positiva do Selo Paulista.

A adoção de um selo com diretrizes ambientais, sociais e sanitárias eleva não só a eficiência produtiva, mas também a gerencial, trazendo ainda inúmeros benefícios relacionados à garantia de qualidade do produto e à rastreabilidade, o que aumenta a confiança do mercado. Acredita-se que as granjas certificadas passarão a ser mais prestigiadas pelo consumidor interno e externo, agregando valor ao produto.

* Doutora em Economia Aplicada e Pesquisadora do Cepea/Esalq/USP. Consultor-técnico do Ares – Instituto para o Agronegócio Responsável

** Professora da Esalq e pesquisadora do Cepea/Esalq/USP.

13. Experiência internacional

Laura de Santis Prada

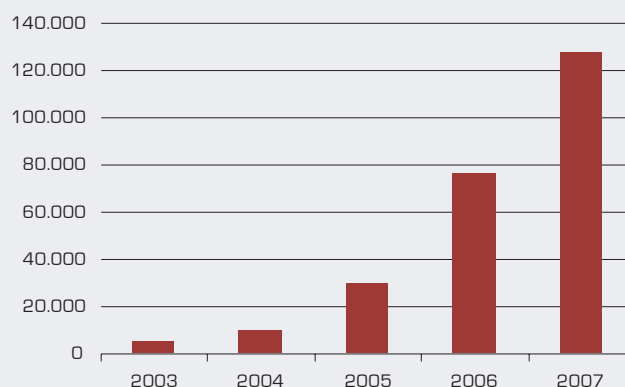
Nascida há pelo menos três décadas a partir da necessidade de produtores europeus garantirem a origem de seus produtos, tomando como exemplo os produtores de vinhos franceses da região de Champagne e Bordeaux, a certificação agrícola ao longo do tempo diversificou-se e cresceu.

Com o crescente interesse internacional, a certificação agrícola atingiu outros públicos e interesses, compondo um cenário atual de inúmeros selos com diferentes mensagens, envolvendo um sem número de certificadoras e organismos de certificação, organizados pelos mais diversos movimentos de diferentes setores, tais como a sociedade civil organizada, o movimento ambientalista, governos e setores do comércio e da indústria.

Os certificados na área agrícola tratam tanto de questões específicas da qualidade do produto, como segurança sanitária e presença ou não de componentes transgênicos, quanto de questões relacionadas ao processo produtivo e a todos os possíveis impactos ambientais e sociais gerados pela atividade agrícola.

Assim, encontramos no mercado desde produtos orgânicos, passando por produtos de comércio justo e solidário, ou *fair trade*, até certificados específicos para determinados temas como a série SA 8000, que focaliza a questão dos trabalhadores. Há também iniciativas específicas para as grandes *commodities* agrícolas, como a Round Table da Soja, iniciativa motivada pelo avanço da cultura nas áreas de floresta primária da Amazônia, tendo sido liderada pelo movimento ambientalista

Vendas de café verde certificado com o selo Rainforest Alliance Certified (sacas 60 kg)



Fonte: RA

Iniciativas internacionais e nacionais

Historicamente, a certificação foi usada pela sociedade civil organizada, leia-se: movimento social, ambiental e grupos de produtores e consumidores, como ferramenta de promoção de mudanças e transformações positivas no cenário da atividade produtiva e comercial. Foi assim que se criou um dos mais bem sucedidos sistemas de certificação existentes hoje no mundo, o FSC- Forest Stewardship Council, um selo concedido àqueles que exploram de forma manejada os recursos florestais. O FSC em pouco tempo ganhou reconhecimento e legitimidade e tornou-se um exemplo de fórum democrático de debate e geração de diretrizes e padrões para o manejo de florestas.

Alguns anos após o lançamento do FSC, um conjunto de indústrias do setor florestal brasileiro, sobretudo do ramo de papel e celulose, apoiados pela SBS (Sociedade Brasileira de Silvicultura) tomou a iniciativa de criar um selo alternativo ao FSC. Foi então lançado o Cerflor, em 2002, com amplo apoio da imprensa e também da Presidência da República.

Da mesma forma, há poucos anos, a Associação Alemã do Café e a GTZ, uma agência alemã de cooperação internacional, lideraram a construção do 4Cs do café – o Common Code for Coffee Community, uma norma que estabelece regras para o desempenho social, ambiental, e sobretudo técnico, na produção de café. Grupos de produtores questionam os reais objetivos do 4Cs e o acusam de estabelecer metas de melhoria na qualidade do produto – bastante interessante para a Alemanha, que, apesar de não produzir um único grão de café, é a maior torrefadora e processadora de café do mundo – sem, no entanto, oferecer nenhuma vantagem ou apoio aos produtores, nem mesmo estabelecer um preço mínimo para a compra do produto. Assim, o 4Cs e diversos outros selos de certificação agrícola, principalmente os originados de iniciativas do setor industrial e apoiados pelos governos, são acusados de servirem a propósitos de proteção de mercado e como barreiras alfandegárias.

e ganhado adesão de entidades do governo, pesquisa, movimento social e indústria.

A questão que se coloca, diante desse crescimento e diversificação da certificação agrícola no mundo todo é a que interesses e propósitos as certificações vêm atendendo?

O interesse internacional pela certificação agrícola está em crescimento e, junto, também aumenta a disputa pela governabilidade desses processos. A mesma ferramenta capaz de catalisar transformações sociais e ambientais no campo pode ser usada como forma de controle, restrições e aumento da injustiça no mercado internacional. Como citou o ex-ministro Roberto Rodrigues “*Se não criarmos nossa estrutura, vamos ter que engolir critérios importados*”. Se não usarmos os espaços democráticos e legítimos de consolidação da certificação como ferramenta de promoção de sustentabilidade ambiental e equidade social, veremos o reverso da moeda, e as leis de mercado mais uma vez tomar posse do processo.

Sócia-diretora da Ecosystemas Design Ecológico Consultoria.
Consultora em sistemas de monitoramento e certificação.

14. Passivos sociais e ambientais

Francisco Alves

O complexo agroindustrial canavieiro entrou, a partir de 2003, em mais uma de suas fases de expansão cíclica. A nova fase guarda semelhanças com a fase áurea do Proálcool, das décadas de 70 e 80. Tanto naquela época, como agora, o produto do complexo que puxa a expansão é principalmente o álcool. Uma outra semelhança é o aumento da área plantada com cana e o crescimento da demanda por trabalhadores rurais.

Os trabalhadores incorporados são volantes, contratados por safra (oito meses por ano) e, ainda, em várias regiões, sem os direitos trabalhistas garantidos. Em sua maioria, são migrantes vindos de regiões cada vez mais distantes. São submetidos a um processo de trabalho precário, que não raras vezes leva a doenças derivadas do trabalho e, no limite, à morte por exaustão. Por isso, é dos setores com um dos maiores passivos ambiental e trabalhista do Brasil.

Embora tenha se modernizado, no complexo ainda há indústrias com dicotomia interna, pois, de um lado, existe o que há de mais moderno na produção agrícola e industrial de cana, açúcar e álcool, mas, de outro, são mantidas relações de trabalho, na sua parte agrícola, próximas ao que há de mais atrasado no mundo, os contratos de trabalho precários.

O crescimento do passivo trabalhista pode ser creditado ao crescimento da produtividade do trabalho e à redução dos salários pagos. Na década de oitenta, um trabalhador cortava em média 6 toneladas de cana por dia de trabalho, mas hoje declararam 12 to-

neladas. Nos anos oitenta, os trabalhadores conquistaram um piso de 2,5 salários mínimos, equivalente a R\$950,00 (salário mínimo de 2007), contra o piso salarial médio atual da categoria de R\$460,00.

Um novo período de expansão do complexo canavieiro, sem controle social, não significará, necessariamente, melhoria das condições de vida e trabalho dos trabalhadores nem mitigará os efeitos ambientais perversos – portanto, não reduzirá os passivos trabalhista e ambiental do segmento. O Brasil deve aproveitar a expansão da atividade para reduzir os passivos ambientais e trabalhistas. Isso significará, do ponto de vista trabalhista, um novo progresso histórico, no qual a produtividade e a lucratividade aumentam a qualidade e as condições de vida e trabalho dos milhares de cortadores de cana.

A simples adoção de certificações sociais e ambientais não é o único caminho para a eliminação dos passivos. Isso porque, no Brasil, diferentemente de outros países, ainda faltam ferramentas sociais que possam fiscalizar o cumprimento das certificações. Tudo dependerá de uma ação da sociedade civil, condicionando a expansão do cultivo da cana à melhoria das condições de vida e trabalho e à mitigação dos efeitos ambientais nocivos da atividade.

Professor associado do DEP/UFSCar . E-mail: chiquinho@dep.ufscar.br

15. Agropecuária e mudanças climáticas

Magda Aparecida de Lima

O uso intensivo dos solos, a criação de ruminantes em grandes rebanhos, o manejo de dejetos animais e o cultivo de arroz em campos inundados são algumas atividades agrícolas que contribuem para as emissões antrópicas de gases de efeito estufa em termos globais.

O metano (CH_4) e o óxido nitroso (N_2O) são os principais gases de efeito estufa relacionados diretamente à atividade agropecuária. Somente a pecuária contribui globalmente com 80 Teragramas (1 Tg corresponde a 1 milhão de toneladas) de CH_4 por ano para a atmosfera, o qual possui um potencial de aquecimento de 21 vezes o do dióxido de carbono (CO_2) (UNFCCC, 2005) com vida útil de 14 anos na atmosfera num horizonte de 100 anos (IPCC, 1995).

O óxido nitroso (N_2O), em parte originado por processos microbiológicos em solos agrícolas, tem:

- Potencial de aquecimento global equivalente a 310 vezes o do CO_2 (UNFCCC, 2005);
- Vida útil na atmosfera estimada em 120 anos (IPCC, 1995);
- Concentração na atmosfera de, aproximadamente, 317 ppbv (parte por bilhão em volume), em comparação a 275 ppbv em 1990.

Estratégias de mitigação

Entre as estratégias mais discutidas para a possível mitigação de CH₄ pela fermentação entérica de ruminantes estão:

1. o aumento da produtividade animal, com vacinas e agentes inibidores de metanogênese, uma forma de reduzir as emissões de CH₄ por unidade de carne ou leite produzido;
2. a manipulação do ecossistema microbiano ruminal;
3. a manipulação da dieta;
4. uso de antibióticos.

A tendência de aumentar as concentrações de óxido nitroso nas próximas décadas decorre do crescente consumo de fertilizantes nitrogenados na agricultura. As tecnologias disponíveis para a melhoria do manejo de nitrogênio, e redução das emissões N₂O, incluem a aplicação de fertilizantes em níveis adequados, uso de culturas de cobertura ou de entressafra para recuperar o N residual, uso de fixação biológica de nitrogênio, com potencial redução de emissões de gases no processo de síntese e transporte de adubos nitrogenados.

Além de criar novas frentes de emprego e propiciar maior valorização ambiental e de produtos, constituem medidas importantes nos âmbitos de governo e sociedade.

- Recuperação de áreas degradadas, por meio de florestamento e reflorestamento;
- Difusão de boas práticas de preparo e manejo do solo;
- Sistemas mais sustentáveis de produção;
- Utilização de resíduos vegetais e animais para geração de energia e outros fins.

No âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), as atividades relacionadas com o uso da terra contam hoje com várias metodologias de base aprovadas. Essa categoria de projeto pode ser importante para o setor agropecuário, pois a degradação de grande parte de áreas no País é atribuída ao uso histórico de pastagens sob manejo extensivo e a áreas agrícolas abandonadas.

Ecóloga, doutora em Geociências, pesquisadora da Embrapa Meio Ambiente
E-mail: magda@cnpma.embrapa.br

16. O Poder Público e a certificação

Tasso Azevedo*
Sandra Faillace**

As atividades agrícola e florestal sempre estiveram ligadas às necessidades mais básicas da população mundial como, por exemplo, a produção de alimentos e a geração de energia. Mais recentemente, essas explorações tiveram sua importância reforçada com os primeiros sinais da escassez do petróleo, insumo que

domina a cena da produção energética mundial, especialmente desde o início do século 20.

Tanto a atividade florestal como a agrícola dependem essencialmente de um ambiente saudável para se sustentarem. Assim, o solo, os recursos hídricos, a biodiversidade e a capacidade de sua gente, no conjunto, constituem o capital mais precioso de um país disposto a promover a sua sustentabilidade.

De fato, essa preocupação ultrapassa fronteiras. O olhar do mundo para os produtos consumidos não está, como antes, apenas voltado para as qualidades intrínsecas do produto. Agora envolve a questão do modo como foi obtido, em especial os impactos sociais e ambientais da produção.

Foi para ajudar o consumidor a escolher os produtos na compra, considerando, também, a forma de sua produção, que surgiu a certificação socioambiental. Ela procura identificar se os produtos foram obtidos de forma ambientalmente adequada, socialmente justa e economicamente viável. O sistema pioneiro desse tipo de abordagem é o FSC – Forest Stewardship Council, para atestar se a matéria-prima florestal contida em produtos vem de florestas bem manejadas.

O FSC ilustra bem os pilares de um sistema de certificação com credibilidade com o consumidor:

(i) é independente, ou seja, o sistema de avaliação não é controlado por governos e por nenhum dos setores interessados (ambiental, econômico ou social);

(ii) é voluntário e, portanto, pode ter padrões que se destacam do *business as usual*;

(iii) procura o equilíbrio entre os diferentes interesses sociais, econômicos e ambientais;

(iv) possui princípios e critérios universais, ao mesmo tempo em que permite indicadores adaptados às diferentes realidades locais;

(v) controla a origem do produto.

Atualmente, no Brasil e no mundo, várias iniciativas de certificação socioambiental para produção agrícola e pecuária são discutidas, como a Rede de Agricultura Conservacionista (CAN), os sistemas de certificação orgânica organizados por meio da Ifoam, os movimentos de Comércio Justo e Solidário (no Brasil, organizados por intermédio do Instituto Fapes), e, mais recentemente, a Iniciativa Brasileira sobre Verificação da Atividade Agropecuária.

Pelas características do processo de certificação com a credibilidade necessária, o Poder Público não deve ter um envolvimento para controlar os sistemas de certificação, porém pode apoiar de forma decisiva a existência de tais sistemas mediante mecanismos de normatização, indução e fomento.

A normatização é importante para diminuir o número de mensagens ao consumidor e tornar mais claro o significado da própria certificação. Isso vale tanto para as normas que os produtores devem seguir para ser certificados, quanto para as normas que devem ser seguidas pelo certificador. O Inmetro pode cumprir uma função estratégica nesse sentido, definindo regras

de credenciamento – também com a participação de todos os setores interessados – e credenciando certificadores.

De outro lado, o governo pode ser um indutor da certificação ao promover os produtos certificados por meio de políticas de compras públicas, condições especiais de crédito para propriedades e produtores certificados, assistência técnica e financiamento para produtores atingirem a certificação, entre outras iniciativas.

Aos governos federal e estaduais cabe também o papel fundamental de fiscalizar e garantir a legalidade das propriedades agrícolas e disponibilizar as informações necessárias para a sociedade acompanhar de forma transparente a fiscalização e seus resultados.

Um dos projetos em curso mais importantes são os portais de licenciamento ambiental e o de gestão florestal, que disponibilizam ao público as informações sobre licenciamento e fiscalização ambiental das propriedades rurais no Brasil.

É do interesse do Brasil que as produções agropecuária e florestal sejam feitas em bases sustentáveis, tanto para garantir uma posição brasileira forte e segura no mercado mundial de produtos agrícolas, como para garantir uma ambiente saudável para a geração presente e as gerações futuras. A promoção de sistemas de certificação socioambientais independentes é seguramente um catalisador de processos para esta sustentabilidade.

* Diretor geral do Serviço Florestal Brasileiro

** Gerente da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente

17. Certificação: uma agenda positiva

Samuel Ribeiro Giordano

As tendências e exigências dos consumidores globalizados, informados à velocidade da luz, necessitam de respostas na forma de garantias, pois não têm acesso direto aos processos de produção.

Muitas dúvidas e perguntas referem-se aos custos envolvidos nas certificações. Claro que eles serão compartilhados e repassados, na medida do possível, para os diversos segmentos envolvidos nos sistemas de produção. Muitos alegam que os custos serão repassados e pagos pelo consumidor. Porém, há casos de segmentos que se envolvem em procedimentos de conquista de qualidade, e distribuem os custos entre eles.

Um exemplo são as nações perdedoras da Segunda Guerra Mundial, em especial a Alemanha e o Japão. Destruídas pelo conflito, realizaram verdadeiras odisséias na busca do resgate da economia, da indústria, da agricultura e da qualidade de vida de seus povos. Esse esforço coletivo durou mais de 25 anos e repre-

sentou um custo pago por toda uma geração, de modo que as gerações futuras desfrutassem de um alto padrão de vida.

A geração de homens e mulheres do pós-guerra investiu tempo, força de trabalho, recursos financeiros e boa vontade nas gerações futuras. Desenvolveram curvas de aprendizado, que permitiram automóveis populares por meio de linhas de produção de baixo custo e qualidade razoável. Mas isso levou mais de 15 anos para acontecer.

Houve época em que os manufaturados japoneses eram sinônimos de falta de qualidade. Muitas gerações do pós-Segunda Guerra Mundial conviveram com artefatos da indústria alemã, que também não eram sinônimos de qualidade. Hoje, a indústria automobilística japonesa domina tecnologicamente os mercados mais exigentes. Os produtos alemães despontaram, outra vez, como ícones de qualidade e confiabilidade.

Nesse ponto, é importante registrar que a certificação é um processo. Não se deve pensá-lo como atitudes isoladas e pontuais. É um conjunto de ações que se iniciam com a conscientização do problema, passa pela normatização técnica e avança nos procedimentos operacionais, administrativos, registros, relacionamento com a sociedade, entre outros procedimentos importantes.

A certificação é fruto de um processo de (re)organização da propriedade ou empresa, conquistada por meio de esforços dos diversos níveis do empreendimento. Não é um produto que se compra na prateleira.

Com todo o sentido, a pergunta a ser feita é se já não é tempo de o Brasil investir esforços, aprendizado, conhecimentos e recursos financeiros, para assegurar às nossas gerações futuras meios de produção sustentável e credibilidade nos mercados mundiais de alimentos e fibras. Não basta ao Brasil ser o primeiro do *ranking* de vários produtos agroindustriais, se os investimentos não forem feitos, já. A garantia que poderá ser dada aos consumidores mundiais e locais, por intermédio da certificação de práticas socioambientais responsáveis, exige que esse investimento seja feito agora.

Na verdade, a mudança de postura em direção à responsabilidade requer um grande debate. É necessário compreender desde questões relacionadas ao carbono até o difícil diálogo sobre os rumos responsáveis e sustentáveis do desenvolvimento humano. Atitudes coletivas a serem tomadas hoje poderão gerar benefícios para o conjunto de atores que labutam no agronegócio. Certamente, a transformação também trará resultados positivos no futuro. A certificação como instrumento de mudança, criada com critérios nacionais factíveis e para atender aos anseios internacionais dos consumidores, como fruto de uma ampla negociação, poderá viabilizar, no presente e no longo prazo, o grande negócio do Brasil que é o agronegócio. Que tal investir na idéia?

Pesquisador do Pensa – Centro de Conhecimento em Agronegócios
Consultor Técnico do Ares – Instituto para o Agronegócio Responsável
Fellow do Programa Lead International – Leadership for Environment and Development. E-mail: srgiorda@pensa.org.br